

Acesso à Informação

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 13-03-2024

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Resolução nº 324, do Conselho Nacional de Justiça, de 30 de junho de 2020</u>	Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.
<u>Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019</u>	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Mensagem de veto
<u>Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</u>	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)
<u>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</u>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
<u>Decreto nº 9.936, de 24 de julho de 2019</u>	Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.
<u>Decreto nº 9.716, de 26 de fevereiro de 2019</u>	Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.
<u>Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019</u>	Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.
<u>Resolução Nº 215, do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de dezembro de 2015</u>	Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Acesso à Informação

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Legislação por Assunto

<u>Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012</u>	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
-------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Resolução SEFAZ nº 381 de 13 de maio de 2022</u>	Estabelece procedimentos de tramitação processual de documentos que possuem informações classificáveis nos níveis de sigilo estabelecidos nos arts. 23 e 24 da Lei Federal nº 12.527/2011 e nos arts. 22, 27, 28 e 29 do Decreto Estadual nº 46.205/2017.
<u>Ato Normativo TJ N.º 27/ 2020</u>	Estabelece as normas para Gestão de Acesso a Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Ato Normativo TJ nº 08/2018</u>	Dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, do Acesso as Informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8443, de 03 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre procedimento de consulta ao banco de dados de identificação civil, na forma que menciona.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br